



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680200 - PR (2021/0219475-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : GERSON LUIZ GALICIO LLI JUNIOR
ADVOGADO : GERSON LUIZ GALICIO LLI JUNIOR - PR062350
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : OSCAR ALEJANDRO AYALA DUARTE (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OSCAR ALEJANDRO AYALA DUARTE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, nos autos do HC N. 5025926-11.2021.4.04.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime descrito nos art. 33, caput, c/c art. 40, inc. I, ambos da Lei nº 11.343/06, a uma pena de 4 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado.

O impetrante alega, em síntese, que tem direito à aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, visto que todas as circunstâncias judiciais lhe foram consideradas favoráveis, logo a *quantum* da pena aplicada está em desacordo com o regime inicial fixado.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, que seja fixado o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE

RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente